



ARTIGO/DOSSIÊ

CORPO ESCRAVIZADO, ALMA LIVRE: MISOGINIA E EMPODERAMENTO NA PERSONAGEM FEMININA DO CONTO “ALMA”, DE ITAMAR VIEIRA JUNIOR

SILVANIA NÚBIA CHAGAS

Silvania Núbia Chagas

Doutorado em Letras, pela Universidade de São Paulo.

Pós-doutorado em Literaturas Africanas, pela Universidade Federal da Bahia.

Pós-doutorado em Literaturas Africanas, pela Universidade de Coimbra.

É líder do Grupo de Pesquisa Identidades Culturais: Preservação e Transitoriedade na Cultura Afro-Brasileira.

Atualmente é professora Associada e Livre Docente da Universidade de Pernambuco, Campus Garanhuns, onde é Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre África e Brasil – NEAB e Coordenadora do Programa de Mestrado Profissional em Culturas Africanas, da Diáspora, e dos Povos Indígenas – PROCADI.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4606917035558375>.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9799-8617>.

E-mail: silvania.chagas@upe.br.

Resumo: O empoderamento das mulheres ainda é um conceito não consolidado. Estereótipos, preconceitos e discriminações, ao longo do tempo, fragilizam suas bases. No entanto, a literatura tenta consolidar. Escritores, por meio de suas narrativas, principalmente os que trabalham

com literaturas africanas e de afrodescendentes, tentam afirmar esse conceito. Personagens negras ressaltam a misoginia, conceito amplamente fundamentado pelo sistema escravagista. Contudo, mesmo diante da opressão desse sistema, as mulheres tentavam afirmar a sua “mulheridade”, trazendo à tona o empoderamento. Empoderamento, que, ao ser classificado como feminino, demarca uma ação individualista, quando, na verdade, todas as ações das personagens concorrem para a reflexão em torno de problemas que são coletivos. O objetivo deste trabalho é demonstrar como esse processo se ressalta no conto “Alma”, de Itamar Vieira Junior. Para tanto, será de fundamental importância recorrer aos estudos de hooks (2021), Collins (2019), Vergès (2020), Mbembe (2018), entre outros.

Palavras-chave: Escravidão. Liberdade. Misoginia. Empoderamento.

Abstract: Women’s empowerment is still an unconsolidated concept. Stereotypes, prejudices, discrimination, over time, weaken its foundations. However, literature tries to consolidate it. Writers, through their narratives, mainly, those who work with African and Afro-descendant literature, try to affirm this concept. Black characters highlight misogyny, a concept largely based on the slavery system. However, even in the face of the oppression of this system, women tried to assert their “womanhood”, bringing empowerment to the surface. Empowerment, which, when classified as feminine, demarcates an individualistic action, when, in fact, all the character’s actions contribute to reflection on problems that are collective. The objective of this work is to demonstrate how this process is highlighted in the short story “Alma”, by Itamar Vieira Junior. To this end, it will be of fundamental importance to resort to studies by hooks (2021), Collins (2019), Vergès (2020), Mbembe (2018) among others.

Keywords: Slavery. Freedom. Misogyny. Empowerment.

“Alma”, conto publicado em *Doramar ou a odisseia* (2021), de Itamar Vieira Junior, aborda em sua tessitura a temática da escravidão. Todavia, ao contrário da passividade dos povos escravizados que consta na História, a narrativa se contrapõe por meio da postura da narradora personagem, que não aceita os estigmas que lhe foram imputados pelo sistema escravagista e luta bravamente pela liberdade em sua plenitude, embora do seu jeito, não fica inerte, ou seja, se o corpo foi escravizado, a alma é livre, o que remete o leitor ao conceito de empoderamento. E uma das vertentes do empoderamento que se ressalta logo de saída é o “poder de dentro”, ou seja, a autoestima, a resistência para suportar as adversidades e a consciência de que é possível reverter a situação.

O título do conto tem origem no nome da personagem, mas é extremamente simbólico, pois esta diz que recebeu esse nome porque um dia “a senhora” percebeu que ela tinha uma “alma”. A narradora personagem afirma que “não tinha nome porque não era nada” (Vieira Junior, 2021, p. 36). Como se sabe, no período da escravidão, isso não tinha muita importância, tendo em vista a “coisificação” atribuída aos povos africanos escravizados, pois

(...) a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um ‘lar’, perda de direitos sobre seu corpo e perda de estatuto político. Essa tripla perda equivale a uma dominação absoluta, uma alienação de nascença e uma morte social (que é expulsão fora da humanidade). (Mbembe, 2018, p. 27)

A narrativa é contada *in média rés*. Já nos deparamos com a personagem “caminhando” e descrevendo sua jornada, porém, durante essa trajetória, além de descrevê-la, ela empreende um discurso que parece querer afirmar a sua identidade,

(...) eu, uma mulher que caminha, e por muito tempo só caminho, *sou uma mulher que caminha sempre em frente e não volta para o que deixou lá longe, agora muito atrás de mim*, caminho assim esperando encontrar o acalanto de um lugar onde exista a liberdade. (Vieira Junior, 2021, p. 35, grifos nossos)

Percebe-se, aqui, um sonho de liberdade e a luta para alcançá-la. Logo, deixa o leitor curioso para saber o que ficou para trás. No entanto, essa atitude da narradora personagem nos mostra a conscientização adquirida sobre a sua condição e o propósito firmado consigo mesma, o que nos faz vislumbrar o princípio do conceito de empoderamento.

O empoderamento consiste de quatro dimensões, cada uma igualmente importante [...]. São elas a dimensão cognitiva (visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de autoestima), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar) e a econômica (capacidade de gerar renda independente). (Stromquist *apud* Sardenerg, 2017, p. 31)

Apesar desse conceito — empoderamento — ainda não estar consolidado, pois segundo Patricia Hill Collins (2019, p. 59), “o empoderamento continua a ser um construto fugidio”, sendo necessário “o desenvolvimento de uma política feminista negra de empoderamento”, no sentido de que “os domínios de poder que limitam as mulheres negras sejam especificados, bem como os modos de resistir a essa dominação”. No entanto, na narrativa, o propósito da caminhada está explícito; isso significa que a conscientização sobre o *status quo* já ocorreu.

(...) eu, uma mulher que nasceu acorrentada aos desejos dos meus senhores, eu que não tinha nome porque não era nada, que um dia toquei o coração da

minha senhora e ela disse que eu tinha uma alma, eu, *uma mulher diferente das outras* que serviam àqueles senhores, uma alma, que caminho sempre para a frente, e deixei o mar e a água, deixei plantações de cana e casa branca, deixei o moinho d'água, os carros de bois... (Vieira Junior, 2021, p. 36, grifo nosso)

A narradora personagem afirma ser “uma mulher diferente das outras”, o que nos remete à obstinação na busca pela liberdade, tendo em vista que, como aqui já foi dito, seu corpo é escravizado, mas a alma não; bem como essa percepção da diferença nos faz vislumbrar uma certa autoestima e esse caminhar sempre para a frente: “a capacidade de se organizar e se mobilizar”, o que demonstra que para compor o conceito de empoderamento só falta o pressuposto econômico.

A personagem afirma caminhar sempre para frente, deixando para trás tudo que a fez mal. Quando descreve o espaço que deixou para trás, logo vamos saber que se tratava de um engenho. Aqui se reafirma a postura das mulheres escravizadas, que, como já foi dito antes, ao contrário da passividade que consta na História, sempre lutaram, mesmo quando nada indiciava a mudança de sua condição. Françoise Vergès (2020, p. 49-50) chama essa luta de “feminismo de quilombagem”.

Chamo aqui de quilombagem (*marronnage*) e de quilombolas todas as iniciativas, todas as ações, todos os gestos, cantos e rituais que noite e dia, escondidos ou visíveis, representam uma promessa radical. A quilombagem afirmava a possibilidade de um futuro mesmo quando ele era negado pela lei, pela igreja, pelo Estado e pela cultura, os quais proclamavam que não havia alternativa à escravidão — considerada tão natural quanto o dia e a noite — e afirmavam que a exclusão dos/as negros/as da humanidade era algo natural.

Esta autora afirma que esse feminismo colaborou muito para o feminismo que ela chama de “decolonial”, que, segundo ela, é um feminismo que tenta destruir o racismo, o capitalismo e o imperialismo, porém sabe-se que todos os estereótipos criados na época da escravidão e os estigmas que foram atribuídos aos negros ainda imperam na sociedade. É certo que esses conceitos, de certa forma, estão imbricados; a diferença é que, enquanto os estereótipos nem sempre são negativos, os estigmas nunca são positivos.

Em seguida, a narradora personagem, continuando sua caminhada, narra um episódio muito comum no tempo da escravidão: a perda dos filhos.

(...) eu, uma mulher que pariu com dor esse filho que tiraram dos meus braços, que pariu outros tantos e todos os outros foram tirados de mim enquanto os amamentava e eles cresciam, eu, uma mulher, uma alma, que lutava todas as horas, e da primeira vez que me levaram um filho urrei de tristeza, como uma cadela, meus filhos arrancados como uma ninhada de cães, um a um foram retirando de mim, um a um foram sendo retirados... (Vieira Junior, 2021, p. 36)

Percebe-se, aqui, uma das ocorrências mais graves da escravidão: a perda dos filhos. Como se sabe, na verdade, tudo que os escravos produziram lhes foi tirado, mas a crueldade maior para com as mulheres era a retirada dos filhos; por isso, “aos escravos era frequentemente negado o direito de casar ou ter famílias oficiais ou legítimas” (Gudeman; Shwartz, 1988, p. 42). As mulheres eram vistas como um animal para a procriação, uma vez que isso aumentava os lucros do senhor.

Durante a escravidão, a imagem da mulher procriadora retratava as mulheres negras como mais

adequadas para ter filhos que as brancas. Ao alegar que as mulheres negras eram capazes de ter filhos tão facilmente quanto os animais, essa imagem forneceu justificação para a interferência na vida reprodutiva das africanas escravizadas. Os proprietários de escravos queriam que elas ‘procriassem’ porque cada criança escravizada que nascesse representava uma propriedade valiosa, uma unidade de trabalho a mais e, se fosse mulher, a perspectiva de mais escravos. (Collins, 2019, p. 150)

Inclusive, muitos filhos eram frutos de estupro, pois este também foi utilizado como “mecanismo de controle social” (Collins, 2019, p. 78). Era um tipo de tortura para destruir a dignidade humana dos povos africanos, ou seja, não somente a das mulheres, mas também a dos homens, pois muitos senhores não respeitavam os companheiros dessas mulheres e estupravam-nas para mostrar quem mandava; assim, “ao negar às mulheres africanas escravizadas o casamento, a cidadania e até mesmo a humanidade, a escravidão impediu o reconhecimento social da maternidade como ocupação exercida de forma privada” (Collins, 2019, p. 108). O estupro foi institucionalizado. Os senhores se achavam donos dos corpos escravizados. Estes, muitas vezes, foram utilizados como “presentes” para os visitantes ou para iniciação sexual dos adolescentes. As mulheres eram tratadas como “coisas” e ainda eram maltratadas pelas senhoras, pois carregavam em si o estigma de serem sedutoras, uma vez que, “ser negro indica a hiper-heterossexualidade desenfreada e descontrolada do apetite sexual excessivo” (Collins, 2019, p. 226). Isto é, aos olhos das mulheres brancas, as mulheres negras eram culpadas pela concupiscência dos maridos. O conceito de misoginia se aplica duplamente a essa questão: de um lado, o ódio das mulheres brancas direcionado às mulheres

negras; do outro, “o tratamento brutal de mulheres negras escravizadas por homens brancos expôs a intensidade do ódio de homem à mulher e ao corpo da mulher” (hooks, 2021, p. 59). Estas foram mais castigadas que os homens pelo sistema escravagista, pois eram mais propensas a trabalhar nos serviços domésticos, convivendo com os senhores; por isso, estavam mais vulneráveis a todo tipo de castigo e, por serem consideradas “comercializáveis”, tendo em vista serem cozinheiras, amas de leite ou governantas, fazia-se necessário aterrorizá-las para “domá-las” para que se tornassem submissas e obedientes, pois isso tornaria o “produto” do escravizador mais vendável (hooks, 2021). Katherine Rogers explica o surgimento do conceito de misoginia:

Das causas culturais da misoginia, rejeição ou culpa em relação ao sexo são mais óbvias. Naturalmente, isso leva à degradação da mulher como objeto sexual e à projeção nela da lascívia e do desejo de sedução, o que o homem deveria reprimir nele. Ao mesmo tempo que ele depreciava a função sexual da mulher, a preocupação com o sexo resultar da tentativa de reprimir o desejo tende a fazer com que ele a enxergue exclusivamente como um ser sexual, mais lasciva do que o homem e nada espiritualizada. (Rogers *apud* hooks, 2021, p. 61)

A “coisificação” dos povos escravizados não se referia apenas à visão que os brancos tinham deles, “mas a forma como os senhores se relacionavam com o corpo dos escravos e como os tratavam: os castigos corporais, os açoites, as marcas a ferro, a mutilação do corpo, os abusos sexuais são alguns exemplos desse tratamento” (Gomes, 2002, p. 21).

Em sua caminhada, a narradora personagem afirma que vai tentando tirar o que pode do seu caminho, só não consegue tirar as

coisas que estão dentro de si, “cada filho que me levaram, cada tapa e surra que tomei do capitão...” (Vieira Junior, 2021, p. 38). Leonardo Schein, citado por bell hooks (2021, p. 167), afirma que a misoginia teve origem no patriarcalismo que permeou o sistema escravagista oriundo da colonização, ou seja, “a fundação do patriarcado é a opressão contra a mulher. O cimento dessa fundação é a socialização de homens para odiarem as mulheres.” As mulheres sempre foram vistas como segundo sexo, inferiores ao sexo masculino. O sexismo, tão combatido pelos movimentos feministas na atualidade, teve sua origem na misoginia, pois “se olharmos para nosso desenvolvimento como homens é fácil ver como a misoginia surge”. Segundo este autor, em um primeiro momento, a criança sente atração pela mãe, mas troca essa atração pela identificação com o pai, uma vez que descobre que é deste que emana o poder, pois a mãe não tem poder nenhum, visto que na sociedade patriarcal tudo depende do homem “(pai-marido)” e que a mulher “precisa criar estratégias e manipular por meio da empatia para conseguir o que quer”. Os privilégios atribuídos pelas sociedades patriarcais fomentam o ódio dos homens contra as mulheres, pois estes não aceitam os desafios impostos por elas; as mulheres só não ameaçam esses privilégios se permanecerem “em seu lugar”.

Voltando à narrativa, Alma era uma dessas escravas domésticas. Nasceu no engenho, não veio de África; quem fez a travessia foi sua avó; mas, depois de um certo tempo, o senhor perdeu tudo e foi obrigado a vender o engenho e se mudar para a cidade. Foi morar em um sobrado com apenas duas escravas: Alma e Luzia, que foi alforriada pela irmandade.

A narradora personagem afirma: “eu queria ter a carta de liberdade como a Luzia, ela a comprou dos próprios donos com mil-

réis que um fidalgo da irmandade pagou...” (Vieira Junior, 2021, p. 42). As irmandades eram associações formadas por negros que tinham como objetivo a obtenção da carta de alforria. Para tanto, todos contribuíam como em um consórcio e as compras das alforrias iam acontecendo paulatinamente. A narradora personagem descreve como este processo se realizou no caso de Luzia:

(...) ela [Luzia] a comprou dos próprios donos com mil-réis que um fidalgo da irmandade pagou, e ele mesmo levou Luzia, porque se ela chegasse em casa com aqueles mil-réis os senhores com escárnio matariam Luzia dizendo que tinha roubado deles... (Vieira Junior, 2021, p. 42)

E complementa dizendo que “nenhum fidalgo da irmandade comprou minha liberdade...” (Vieira Junior, 2021, p. 42), o que a faz se valer de outras estratégias. Mais adiante, ela vai retomar essa questão falando que Luzia não se despediu dela, o que nos remete à falta de sororidade, ou seja, não havia companheirismo entre elas, suas lutas eram individuais, apesar de terem o mesmo objetivo em comum: a liberdade. Miguel de Unamuno, citado por Mercedes Montero (2023, p. 18), afirma que sororidade é uma “agrupación que se forma por la amistad y reciprocidad entre mujeres que comparten el mismo ideal y trabajan por alcanzar um mismo objetivo”¹. Como já foi dito, tudo leva a crer que Alma não se organizou como Luzia por meio da irmandade. Mas isso não a impede de sonhar, pois, “enquanto polia as pratas, eu me olhava no espelho e via o fundo dos meus olhos, e no fundo do fundo dos meus olhos a vontade de ser livre...” (Vieira Junior, 2021, p. 36). E, como se não bastasse, a narradora personagem também sentia

1 Grupo formado pela amizade e reciprocidade entre mulheres que compartilham o mesmo ideal e trabalham para alcançar o mesmo objetivo (Tradução nossa).

“vontade de ser eu também uma senhora, a vontade de que me servissem, que me abanassem” (Vieira Junior, 2021, p. 36). Percebe-se, com isso, a adesão da personagem à vida do colonizador, pois são os paradigmas da cultura deste que vigoram na sociedade, estabelecendo a “diferença” e inferiorizando as outras culturas. Essa adesão já foi tratada por Franz Fanon em seu livro *Pele negra, máscaras brancas* (1952-2008), e corroborada por Albert Memmi (1977, p. 107) que afirma, “a primeira ambição do colonizado será a de igualar-se a esse modelo prestigioso, de parecer-se com ele até nele desaparecer.”

Aqui, no Brasil, o mito da “democracia racial” empreendido por Gilberto Freyre em 1933, com a publicação de *Casa grande & senzala* (1993), propalou uma relação harmoniosa entre senhores e escravos que só existiu no imaginário do sociólogo e isso gerou uma preocupação de caráter mundial, pois fez a UNESCO financiar pesquisas no Brasil para constatação dessa premissa. Felizmente, foi desmascarado, pois este sempre foi um país racista. Segundo Abdias Nascimento (2016, p. 111), a “monstruosa máquina ironicamente designada ‘democracia racial’ que só concede aos negros um único ‘privilégio’: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora”.

Alma vive pensando na liberdade, mas não tem muita saída; os entraves são muitos. A opressão que as mulheres negras precisam combater não tem apenas a ver com a cor da pele, mas com raça, classe, gênero, sexualidade, pois “a dominação abrange domínios de poder estrutural, disciplinar, hegemônico e interpessoal” (Collins, 2021, p. 333). Alma passa por todas essas questões,

(...) carreguei para dentro de mim o sofrimento que
infilgiam à minha pele, nos atos, nas crianças brancas

de quem cuidei, aquela senhora, aquela mulher, e as irmãs do meu senhor, elas reclamando do meu chá, reclamando da minha comida, rindo sorradeiras, eu como um bicho acuado, meus olhos tão logo ficavam vermelhos, porque elas me lançavam a todo momento desfeitas, eu sofria... (Vieira Junior, 2021, p. 36-37)

O sofrimento imputado pela escravidão parecia não ter fim e, para algumas, não teve mesmo. Tudo isso não acarreta somente mágoa, mas raiva também. Audre Lorde (2023) afirma que nenhuma mulher encara as agruras do racismo, do sexismo e dos maus-tratos, sem sentir raiva. E, esta é fundamental para a criação de estratégias, para a tomada de atitudes, nem sempre muito coerentes, porém, resultado das circunstâncias, ou seja, “mulheres que reagem ao racismo são mulheres que reagem à raiva; a raiva da exclusão, do privilégio que não é questionado, das distorções raciais, do silêncio, dos maus-tratos, dos estereótipos, da postura defensiva, do mau julgamento, da traição e do cooptação” (Lorde, 2023, p. 155). No caso das mulheres escravizadas não houve passividade, de uma forma ou de outra, elas sempre se portaram contra os desmandos da escravidão, ou seja,

naquele contexto, a manipulação do corpo, as danças, os cultos, os penteados, as tranças, a capoeira, o uso de ervas medicinais para cura de doenças e cicatrização das feridas deixadas pelos açoites foram maneiras específicas e libertadoras de trabalhar o corpo. (Gomes, 2002, p. 42)

O que aqui está sendo dito corrobora a afirmação de Françoise Vergès sobre o que ela denomina de “feminismo de quilombagem”, já mencionado antes.

A narradora personagem afirma que chegou a duvidar de que teria uma alma, pois, além de carregar nas costas o peso das

correntes, carregou o medo e a mágoa. Em certo momento, ela vê a morte como libertadora, adere a um pensamento que era comum a boa parte dos escravos,

(...) deveria ter mergulhado no mar, se tenho uma alma, chegaria a alguma terra, chegaria ao lugar dos meus avós, onde eles tinham sido senhores antes que os outros homens das aldeias que guerreavam tivessem tomado minha avó como prisioneira, ela que sobreviveu à viagem de morte, atravessando o mar, pedindo aos seus ancestrais que não a deixassem descer ao mar como comida de peixes... (Vieira Junior, 2021, p. 37)

A travessia desses povos foi brutal. Segundo bell hooks (2021), ali começava a violência para transformar “o ser humano livre em escravo”. Muitas vezes, violentavam as crianças para provocar o sofrimento das mães. Precisavam destruir a dignidade humana dos povos africanos para atingir o “comportamento escravo apropriado”.

Eram cruciais, no preparo das pessoas africanas para o mercado de escravos, a destruição da dignidade humana, a eliminação de nomes e status, a dispersão de grupos, para não haver uma língua comum, e retirada de qualquer sinal evidente de herança africana. (hooks, 2021, p. 43)

Para além disso, a narradora personagem sonhava em encontrar um lugar que pudesse plantar e colher, ter outros filhos, marido e isso poderia se realizar se conseguisse ir para a terra da avó, no entanto, “não segui para o porto porque não tinha nem conto nem mil-réis, e tinha medo de que me prendessem...” (Vieira Junior, 2021, p. 42). Essa fala da personagem nos faz perceber que, na verdade, ela está fugindo. Porém, ao falar sobre marido e filhos, ela relata um fato importante:

(...) nenhum filho chorou quando foi retirado dos meus braços, e mesmo vendo eles quietinhos irem embora, eu chorei por muitos e muitos dias, quando meu leite, passados dois anos, ainda jorrava dos meus seios, mas ver Inácio engolir água por muitas horas até chegar à cidade foi pior que ver meus filhos partirem quietos... (Vieira Junior, 2021, p. 46)

Nesse episódio, ela relata que o barco que estava transportando a mudança do senhor estava com muitos furos, começou a entrar água e este culpou Inácio, que era o companheiro da personagem e, após muitos xingamentos, “o chamou de muitas coisas, a palavra negro sempre vinha na frente...”. O que é extremamente significativo, pois segundo Achille Mbembe (2022, p. 93), “negro [...] sempre foi o nome por excelência do escravo — *homem-metal, homem-mercadoria e homem-moeda*”. A narradora personagem diz:

(...) a senhora gritava [...] ela gritava, cruel, chamava o deus dela que nem sei de que é feito, *aquele deus que queriam nos fazer amar sem que nem tivéssemos visto*, o senhor de um golpe deitou Inácio com o rosto para o fundo do barco, vi o sangue se diluindo na água. (Vieira Junior, 2021, p. 47, grifo nosso)

Além da crueldade do sistema escravagista, fica explícita aqui a “coisificação” atribuída aos negros, como aqui já foi falado. E um outro dado importante que aqui se apresenta é a questão da religiosidade; veja-se que a narradora personagem afirma: “aquele deus que queriam nos fazer amar sem que nunca tivéssemos visto”. Isso demarca a dicotomia que existe entre as religiões pagãs e o cristianismo, isto é, enquanto no cristianismo, Deus não é visto, nessas religiões os deuses se presentificam por meio de seus “cavalos”. O sofrimento da personagem é grande: “eu me importando

com a vida de Inácio, que tapava o buraco, pedindo pela sua vida...” (Vieira Junior, 2021, p. 47). Mas Inácio chega morto ao destino. Os senhores tinham plenos poderes sobre a vida de seus escravos e o Estado era omissivo, pois “os senhores detinham o direito sobre a energia de trabalho dos seus escravos; eles tinham o direito de disciplinar, vender, desfazer-se e matar seus escravos” (Gudeman; Schwartz, 1988, p. 42), ou seja, o escravo era considerado um objeto, embora animado, era um “ser movente”. A indiferença por parte do Estado remete ao conceito de necropolítica cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, em que o Estado decide quem deve viver e quem deve morrer. No entanto, para esse filósofo, a vida dos povos escravizados era uma “morte em vida”. Eles, os escravos, eram mantidos vivos, porém, “em estado de injúria”. A mentalidade dos colonizadores, certos de que esses povos precisavam ser civilizados e que para isso eles seriam os agentes, erigiu a violência como fio condutor. Dessa forma, segundo Mbembe (2018, p. 35), “as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos — a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da ‘civilização’”. A inferioridade atribuída pelos europeus aos outros povos foi forjada com base no conceito de raça, que, segundo alguns estudiosos, não é um conceito biológico, mas sim um conceito de caráter social que foi criado para inferiorizar esses povos. Segundo Anibal Quijano (2005), esse conceito foi uma forma de legitimar “as relações de dominação impostas pela conquista”, ou seja,

a posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do

conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. (Quijano, 2005, p. 118)

A vida na cidade não vai ser muito diferente, Alma diz que os senhores precisavam vender as coisas para viver, ela continua passando fome e afirma que queriam que ela aceitasse isso como “dádiva dos meus senhores” e queriam que agradecesse ao deus deles por tudo que não permitiam que ela tivesse. Ela continuava sendo maltratada, a vida no sobrado era muito ruim:

(...) eu olhava com muito rancor para a face da minha senhora, pensava alucinada em castigá-la mais do que a vida lhe castigava, mas me encolhia em mim mesma, clamando por *Sángó*, o deus da justiça, que me trouxesse a coragem de que precisava para seguir em frente, que o sofrimento se lavasse no sangue da justiça, e pedia aos deuses dos meus antepassados que me ajudassem a fazer a travessia, pedia na língua que não sabia a clemência dos deuses de Oyó... (Vieira Junior, 2021, p. 52)

No entanto, Alma tem muito carinho pelos filhos da senhora; ela afirma que, enquanto os dela foram retirados, os da senhora cresciam fortes, e que foram amamentados por ela e por Luzia, mas que depois, a senhora não queria que ela os pegasse no colo porque tinha medo de que os filhos ficassem pretos ou que contraíssem doenças por causa da cor de sua pele. A senhora era muito cruel e a narradora personagem contrapõe o caráter da senhora à sua religiosidade, veja-se,

[...] ela não gostava da minha pele preta [...] e eu não queria ser branca e perversa como minha senhora [...] essa senhora muito branca com pó de arroz no rosto para ficar mais branca, essa senhora tinha muitos deuses no seu oratório, tinha muitas cruzeiras espalhadas pela casa, tinha cruz no peito, tinha contas e cruzeiras nos punhos, adorava um deus branco como os que arrancaram minha avó da roça de inhame, do outro lado do mar, um deus branco que veio jogando corpos pretos pelo mar, um deus branco que não achava que tínhamos alma, não nos contava como almas, éramos coisas, ele nos castigava com chibatadas e o sangue descia como riachos das nossas costas, esse deus branco deles não fazia justiça, talvez não gostasse do nosso povo, então eu só podia pedir ao deus dos meus antepassados, a *Sàngó*, que louvávamos nas matas longe da casa-grande, só podíamos pedir a Ele que guerreasse com o deus dos nossos senhores... (Vieira Junior, 2021, p. 53-54)

A citação é imensa, mas faz-se necessária para entendermos os pressupostos do sistema escravagista ditados pela colonização. A mentalidade dos colonizadores se apoiava no cristianismo. Acreditava-se que os procedimentos imputados aos povos escravizados eram necessários, tendo em vista estarem beneficiando esses povos que, desde tempos imemoriais, foram classificados como descendentes de Caim, o filho de Adão e Eva que matou seu irmão Abel. Estigmatizaram a cor da pele, atribuindo-lhe uma origem ruim, e todos os desmandos eram realizados em nome de Deus, pois os europeus achavam que haviam sido designados para civilizar esses povos. A primeira providência foi proibir que eles pudessem celebrar os seus deuses e, por isso, passaram a fazer “nas matas longe da casa-grande”. Para além disso, Alma acredita que a derrocada financeira dos senhores seria obra de *Sàngó*, que estava guerreando contra o deus de seus senhores.

Após os filhos dos senhores serem enviados para o colégio interno, Alma resolve fugir, mas alega que não poderia deixar os senhores “como onças soltas para virem me caçar”. Ela já tinha visto como eram tratados os escravos fugidos após serem encontrados e não estava disposta a isso.

[...] eu, muito cansada, busquei o veneno para rato no fundo do sobrado, despejei uma quantidade maior do que colocavam para os ratos e *mexi com muita loucura aquele tacho*, muitos tambores tocavam, servi meus senhores com suas caras brancas, eles começaram a comer, chamaram por mim, fiquei na cozinha fingindo que não escutava... (Vieira Junior, 2021, p. 55, grifo nosso)

Aqui, consolida-se a humanidade do negro, tantas vezes negada, desfaz-se completamente a premissa de que eles eram passivos e que não reagiam, pois, “ainda que juridicamente definidos como bens móveis e apesar das práticas de crueldade, degradação e desumanização, os escravos continuam sendo seres humanos” (Mbembe, 2022, p. 95). A atitude da narradora personagem beira a insanidade, uma vez que a sanidade dessas pessoas era testada da pior forma possível; note-se que a personagem afirma: “mexi com muita loucura aquele tacho...”. Muitas vezes, os escravos se rebelavam e, mesmo quando isso não era possível, atentavam contra a própria vida, somente para “desapropriar” o seu senhor e abolir, definitivamente, o vínculo da escravidão. Quantas mulheres mataram seus filhos antes de nascer para que não tivessem a mesma sina.

Voltando à narrativa, após a morte de seus senhores, a narradora personagem se veste com as roupas da senhora e inicia a fuga; depois de muito sofrimento na estrada com a roupa em farrapos e os sapatos desfeitos, encontra um homem que lhe acolhe e trata-a como gente.

Pela primeira vez, ela se entrega a alguém de sua escolha: “(...) ele me olhou mas não me tocou, [...] fui para o seu lado e me deitei agradecida, deixei que ele levantasse minha roupa e senti uma bondade no meu peito, gratidão pela terra e pelo trabalho daquele homem sozinho, senti gratidão e me retirei...” (Vieira Junior, 2021, p. 48).

Alma, segue em frente, continua buscando o lugar tão sonhado. Depois de “muitas luas”, com os pés dormentes, a pele coberta de feridas, o cabelo cheio de barro, ela chega a este lugar.

Foi assim que cheguei a um lugar, um lugar muito quieto, muito sereno, um lugar sem cercas, sem casas, um lugar com árvores secas, mas um lugar, com bichos andando soltos, com a serra ao seu redor, com um monte no seu centro [...] mas erguia em mim uma vontade muito bonita, era como atravessar as muitas léguas do mar até aqui fosse minha prece de coragem, chegar até aqui sem palavras era minha prece de liberdade... (Vieira Junior, 2021, p. 49)

É interessante a descrição desse lugar pela narradora personagem, pois remete o leitor para algo surreal. Chega-se a pensar que ela não sobreviveu às agruras da jornada. No entanto, a forma como ela descreve o final da caminhada nos faz vislumbrar uma espécie de renascimento; é como se ela tivesse ressuscitado:

[...] os ancestrais estavam ali comigo, e deitaram comigo naquele chão, e sonharam com o amanhã, eu adormeci assim, dormi por três luas escuras, três dias de sol também [...] mas quando acordei tinha tanta força que parecia ter sido parida pela terra para viver naquele instante [...] encontrei palhas de buriti e subi no buritizeiro para tirar suas palhas [...] para erguer uma palhoça, era uma sombra para ser minha morada... (Vieira Junior, 2021, p. 50)

Logo após Alma descreve a sua nova vida, plantando, colhendo, encontrando novos parceiros e tendo filhos, o que evidencia a “capacidade de gerar renda independente”, pressuposto econômico do conceito de empoderamento. Para além disso, descreve ainda a comunidade que se forma ali junto com ela, o que demonstra que o empoderamento da personagem não é apenas individual, mas sim, um processo coletivo.

A narrativa de Itamar Vieira Junior provoca uma reflexão sobre a trajetória dos negros no período da escravidão e nos faz enxergar a origem do racismo na nossa sociedade, é como se denunciasses tudo aquilo que foi silenciado para continuar propiciando bem-estar à classe dominante que nunca quis perder seus privilégios. Por isso, a criação do mito da democracia racial que propiciou o silenciamento dessas camadas da população, propagando uma harmonia entre os povos que nunca se legitimou, tendo em vista, o preconceito, a discriminação, a desigualdade social e as opressões raciais, sendo as mulheres negras as mais prejudicadas. É nesse íterim que surge o feminismo negro, pois aquele movimento feminista criado na Europa não deu conta dos problemas que permeiam a vida das mulheres negras, ou seja, não é somente uma questão de gênero, mas de raça, classe e sexualidade. Tudo isso é demonstrado nessa narrativa ainda na época da escravidão. Alma, a voz que narra, traz à tona todos esses pressupostos e coloca em xeque a passividade tantas vezes exaltada pela História. A liberdade concedida pela Lei Áurea estava longe de promover a equidade entre negros e brancos. Por isso, torna-se relevante a forma como é construída essa narrativa, uma vez que se pauta pela misoginia enfrentada no período da escravidão e o empoderamento em circunstâncias pouco propícias. Ou seja, “muitas

vezes, estar imerso na realidade opressiva, impede uma percepção clara de si mesmo enquanto oprimido” (Bhert, 2019, p. 19). E, nem sempre a consciência do problema leva a uma providência para a resolução. O que se torna relevante na narrativa é exatamente a reação da narradora personagem, embora, o método utilizado para alcançar a liberdade não seja aceito, no entanto, era o que muitas vezes acontecia.

Dessa forma, *misoginia versus empoderamento* é o *leitmotiv* dessa narrativa.

REFERÊNCIAS

- BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen: 2019.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Círculo do Livro, 1993.
- GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? In: *Revista Brasileira de Educação*, n. 21, p. 40-51, dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/r/rbedu/a/D7N3t6rSxDjmrXrHf5nTC7r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 abr. 2024.
- GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia do século XVIII. In: REIS, João J. (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Tradução de Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.
- LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Tradução de Sphanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane. D. Oliveira de. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 133, p. 463-479, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/FmSRPNQZhrqz9mMVWTJnwgP/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 31 mar. 2024.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 edições, 2022.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Tradução de Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MONTERO, Mercedes. Uma introducción al concepto de sororidad. In: COMELLA-GUTIÉRREZ, Beatriz; MONTERO, Mercedes (Coord.). *Sororidad*. Redes de ayuda entre mujeres en los siglos XIX y XX. Madri: Editorial DYKINSON, S.L., p. 18-42, 2023.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectivas, 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais — perspectivas latino-americanas*. Tradução de Júlio César Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: CLACSO, p. 117-142, 2005.

SANDENBERG, Cecília. Conceituando Empoderamento na Perspectiva Feminista. In: Dayse A. Santos; Maria Grazia Cribari Cardoso; Parry Scott. (Orgs.). *Feminismo, diferenças e desigualdades nas políticas públicas e desenvolvimento: algumas leituras fundamentais*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, v. 1, p. 26-35, 2017.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. Alma. In: *Doramar ou a Odisseia*. São Paulo: Todavia, 2021.